

PROGARANTE SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CREDITO, SA
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2019

**RELATÓRIO
DE
AUDITORIA FINANCEIRA**

INDICE

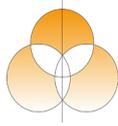
1. Relatório do auditor independente

2. Anexos

2.1. Demonstrações financeiras auditadas

2.2. Relatório de gestão do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Exmos. Acionista e Conselho de Administração da
PRÓ-GARANTE-Sociedade de Garantia Parcial de Crédito, SA

Opinião

1. Auditámos as demonstrações financeiras da PRÓ-GARANTE-Sociedade de Garantia Parcial de Créditos, SA ("Sociedade" ou "PRÓ-GARANTE"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019, e a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de variação nos capitais próprios e a demonstração de fluxos de caixa, relativas ao exercício findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da PRÓ-GARANTE em 31 de dezembro de 2019, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e em conformidade com o Aviso nº 2/2007 do Banco de Cabo Verde.

Bases para a Opinião

3. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras" abaixo, neste relatório. Somos independentes da Sociedade, de acordo com os requisitos éticos que são relevantes para nossa auditoria das demonstrações financeiras, expressos no Código de Ética e Deontologia Profissional da Ordem dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde e cumprimos nossas outras responsabilidades éticas de acordo com o citado Código de Ética. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

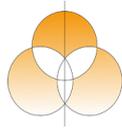
Matérias Relevantes da Auditoria

4. As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do presente exercício. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

5. No caso da presente auditoria, determinamos que não há matérias relevantes de auditoria para comunicar no nosso relatório.

Outras Matérias

6. Após a data das demonstrações financeiras da Sociedade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, mais precisamente a 11 de Março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde uma situação de pandemia mundial devida ao coronavírus SARS-CoV-2, causador do COVID-19. Os auditores avaliaram junto da PRÓ-GARANTE os eventuais efeitos do surto epidémico na Sociedade, tendo concluído que, embora não seja possível quantificar os efeitos da pandemia na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa futuros, a continuidade de exploração da PRÓ-GARANTE não se encontra em causa.



Outras informações para além das demonstrações financeiras e respetivo relatório do auditor

7. O Conselho de Administração da PRÓ-GARANTE é responsável pela elaboração do relatório de gestão da Sociedade, de acordo com o Estatuto e nos termos estabelecidos no Código das Sociedades Comerciais. O relatório de gestão em si não inclui as demonstrações financeiras e o respetivo relatório do auditor.

8. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não inclui o relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre o mesmo.

9. Em conexão com a nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura do relatório de gestão e, ao fazer isso, analisar se a informação financeira nele contido é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou pareçam conter erros materiais.

10. Se, baseado no trabalho efetuado, concluímos que há erros materiais na informação financeira contida no relatório de gestão, devemos relatar esse facto. Exceto que o relatório é omissivo quanto a algumas informações que dele devem constar, conforme estabelecido no nº 3 do artigo 72 do Código das Sociedades Comerciais, de resto, nada mais temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades pelas Demonstrações Financeiras

11. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e em conformidade com o Aviso nº 2/2007 do Banco de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

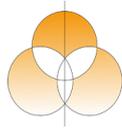
12. Na preparação das demonstrações financeiras o Conselho de Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade das operações e à utilização do pressuposto contabilístico da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tenciona liquidar a Sociedade ou cessar as operações ou não tem alternativa realista senão fazê-lo.

13. Os encarregados pela governação são responsáveis pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

14. Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

15. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



15.1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

15.2 Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.

15.3. Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

15.4. Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto contabilístico da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas operações.

15.5. Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

16. Informamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Praia, 28 de Maio de 2020

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada por
Dr. João Marcos Alves Mendes
Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Balanço

O BL tem por finalidade apresentar a posição financeira da PRÓGARANTE, SA, e informações acerca dos recursos utilizados e a forma como estão a ser financiados. Em 31 de dezembro de 2019 o Balanço apresenta:

(Período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019 / Montantes CVE)

Rubricas	Notas	31/12/2019
ACTIVO		
Disponibilidade em outras instituições de crédito	2	4 319 881
Aplicações em instituições financeiras	3	482 202 000
Outros ativos tangíveis		-
Ativos tangíveis		-
Devedores e outras aplicações	4	4 011 028
Rendimentos a receber		
Total dos ativos		490 532 909
PASSIVO		
Passivos por impostos correntes	12	310 555
Credores e outros recursos	5	2 540 000
Total de Passivo		2 850 555
CAPITAL		
Capital		
Capital realizado	6	486 608 972
Outras reservas e resultados transitados		-
Resultado do exercício	8	1 073 382
Total de Capital		487 682 354
Total de passivo + capital próprio		490 532 909

Handwritten signature/initials in blue ink.

5.2. Demonstração de Resultados por Natureza (DRN)

A DRN tem por objetivo informar o desempenho económico da instituição em determinado período de tempo. Suas componentes são os rendimentos e os gastos.

A DRN da PRÓGARANTE para os períodos compreendidos entre 1 de janeiro e

(Montantes expressos em escudos cabo-verdianos)

Rubricas	Notas	31/12/2019
Juros e rendimentos similares	9	4 011 028
Juros e encargos similares		-
Margem Financeira		4 011 028
Encargos com serviços e comissões	7	664
Outros rendimentos e receitas operacionais	11	20 962 247
Produto Bancário		24 972 611
Gastos com pessoal	10	1 670 000
Gastos gerais administrativos	11	21 918 674
Amortizações do exercício		-
Provisões líquidas de Reposição e Anulações		-
Resultado antes de impostos		1 383 937
Impostos		
Correntes	12	310 555
Diferidos		
Resultado Líquido	8	1 073 382

5.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A DFC relata os fluxos de caixa do período em análise, permitindo determinar o impacto das atividades operacionais de financiamento e de investimento na posição financeira da entidade. A Tabela 3 apresenta a DFC da PRÓGARANTE para o período compreendido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

Demonstração de Fluxos de Caixa
Período compreendido entre 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019
(Montantes expressos em escudos cabo-verdianos)

Rubricas	Notas	31/12/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes		-
Pagamentos a fornecedores		-
Pagamentos ao pessoal		-
Caixa gerada pelas operações		
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-
Outros recebimentos/pagamentos		4 319 881
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		4 319 881
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		-
Outros Ativos tangíveis		-
Activos intangíveis		-
Recebimentos provenientes de:		-
Outros Ativos tangíveis		-
Activos intangíveis		-
Outros ativos		-
Juros e rendimentos similares		-
Dividendos		-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recabimentos provenientes de:		-
Recursos de outras instituições financeiras		-
Pagamentos respeitantes a:		-
Recursos de outras instituições financeiras		-
Juros e encargos similares		-
Dividendos		-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		4 319 881
Efeito das diferenças de câmbio		-
Caixa e seus equivalentes no início do período		-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4 319 881

O Contabilista Certificado,

O PCD,

Florentino Gomes Cardoso
Cédula Profissional nº 517
NF: 142154113

Andrés Rodolfo
Bernal Espinosa

5.4. Demonstração de Alterações no Capital Próprio (DACP)

(Montantes expressos em euros (milhares))

DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Resultado líquido período	Total do período	Total do capital próprio
POSIÇÃO EM 01-01-2019					
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO					
Resultado líquido do período		-	1 073 382	1 073 382	1 073 382
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	1 073 382	1 073 382	1 073 382
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO					
Realizações de capital		486 608 972	-	486 608 972	486 608 972
Outras operações com detentores de capital		-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES	3	486 608 972	-	486 608 972	486 608 972
Prestações suplementares		-	-	-	-
Reservas legais		-	-	-	-
Outras reservas		-	-	-	-
POSIÇÃO NO FINAL DO PERÍODO N	4	1 + 2 + 3 + 4	1 073 382	487 682 354	487 682 354

3333

5.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da PRÓGARANTE, SA foram preparadas com base nos seus registos contabilísticos e de acordo com o Sistema contabilísticos do Plano de contas do sistema bancário Cabo Verdeano e outras legislações complementares ao sector, estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde no âmbito da sua competência.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Relato financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

c) Especialização de exercícios

A PRÓ GARANTE, S.A regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização do exercício ou dos acréscimos, segundo o qual os proveitos e custos são reconhecidos / registados a medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, ou seja, quando obtidos ou incorridos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra "*pro rata temporis*", quando se trata de operações que produzam fluxos reituais ao longo de um período de tempo superior a um mês.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões', havendo, são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

g) Derrogação das disposições do SNCRF

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNCRF.

NOTA 1 – Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

1.1. Conversão de saldos e transações em moeda Estrangeiras

As Demonstrações Financeiras da PRÓGARANTE, SA são apresentadas em escudo cabo-verdiano (CVE), sendo esta moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeiras são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes das transações em moedas estrangeiras bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no período em que ocorrem, em função do efeito que têm sobre a posição cambial que é reavaliada diariamente com base no câmbio "fixing" do dia, na demonstração dos resultados na rubrica "Resultado de reavaliação cambial" se relacionados com empréstimos, ou em "Outros gastos ou perdas operacionais" para todos os outros saldos/transações.

1.2. Outros ativos fixos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos"

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Adquiridos até 2015	Adquiridos após 2015
Imóveis de serviço próprio	50	33-60
Equipamento:		
Mobiliário e Material de Escritório	8	8
Máquinas e ferramentas	5	6 5
Equipamento informático	5	3-5
Instalações interiores 4-5 5-8	4-5	5-8
Material de transporte	5-6	7
Equipamento de segurança	5-12	5-10
Outros equipamentos	6	8

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo modelo do custo, com imputação duodecimal, utilizando o método de linha reta para mensuração das depreciações.

Os terrenos não são objeto de amortização.

1.3. A intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Cotacâmbios.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gastos do exercício em que são incorridas.

1.4. Caixa e disponibilidades

Esta rubrica inclui caixa, disponibilidades, e depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

1.5. Impostos sobre lucros

Em 31 de dezembro de 2019, a PRÓ GARANTE, S.A está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 22%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 24%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os ativos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados ativos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

1.6. Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

1.7. Benefícios dos Empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”. Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

NOTA 2 – Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito

A rubrica “Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito”, em 31 de dezembro de 2019, apresenta a seguinte composição:

<i>Disponibilidade em outras instituições de crédito</i>	
Depósitos à Ordem	2019
Banco Comercial do Atlântico (BCN)	4 319 881
Banco Angolano de Investimento (BAI)	0
International Investment Bank (IIB)	0
	4 319 881

NOTA 3 – Aplicações em instituições financeiras

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2019, apresenta a seguinte composição:

Disponibilidades em outras instituições de crédito
Depósitos à Ordem

Banco	Valores
Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN)	4.319.881\$00
Banco Angolano de Investimento (BAI)	
Internacional Investment Bank (IIB)	
Total:	4.319.881400

As aplicações foram constituídas como segue:

Banco	Valor da aplicação	Data de constituição	Prazo (dias)	Juro	Data do vencimento
BAI – Banco Angolano de Investimento	160.000.000	27/09/2019	1095	3.14 % a.a.	26/09/2022
BCN – Banco Cabo-verdiano de Negócios	162.202.000	12/08/2019	365	3.1 % a.a.	11/08/2020
IIB – International Investment Bank	160.000.000	05/11/2019	731	3.1% a.a.	05/11/2021
Total: ..	482.202.000				

NOTA 4 – Rendimentos a receber

A rubrica "Devedores e outras aplicações" em 31 de dezembro de 2019, apresenta a seguinte composição:

Rendimentos a receber

Juros de aplicações em instituições financeiras

Banco	Valores
Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN)	1.942.425\$00
Banco Angolano de Investimento (BAI)	1.053.378\$00
Internacional Investment Bank (IIB)	1.013.225\$00
Total:	4.011.028\$00

NOTA 5 – Credores e outros recursos

A rubrica "Credores e outros recursos" em 31 de dezembro de 2019, apresenta a seguinte composição:

Descrição	Valor (CVE)
Devedores e Credores por acréscimo de gastos	1.670.000
Credores e outros recursos	
(Credores diversos)	870.000
Total: ..	2.540.000

NOTA 6 – Capital

Em 31 de Dezembro de 2019 o capital da PRÓ GARANTE, S.A estava representado, conforme apresentado abaixo. O capital subscrito é de CVE 1.000.000.000\$00. O capital realizado, conforme balanço é:

Descrição	Valor (CVE)
Capital	
Capital realizado	486.608.972
Total: ..	486.608.972

NOTA 7 – Encargos com serviços e comissões

Em 31 de Dezembro de 2019 os encargos com serviços a comissões não são materiais e apenas se referem a serviços bancários.

Encargos com serviços bancários (conta 6838011): CVE 664\$00

NOTA 8 –Resultado líquido do exercício

Em 31 de Dezembro de 2019, as rubricas de resultado líquido do exercício tinham a seguinte composição:

Resultado do Exercício: CVE 1.073.382\$00

NOTA 9 – Juros e rendimentos Similares

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019
Juros e rendimentos similares	4 011 028
	4 011 028

NOTA 10 – Gastos com pessoal

A tabela abaixo apresenta os gastos com os órgãos de gestão da PRÓ GARANTE, S.A.

Salários dos Administradores: CVE 1.670.000\$00

NOTA 11 – Gastos gerais administrativos

A rubrica de gastos gerais administrativos apresenta em detalhe o seguinte:

		(*)
Rendas e alugueres	826 912	826 912
Deslocações e estadas no estrangeiro	86 427	
Publicidade e edição de publicações	410 000	
Conservação e reparação	3 277 220	3 277 220
Consultoria	16 008 115	16 008 115
Contabilidade	460 000	
Auditoria	850 000	850 000
Total :	21 918 674	20.932.247

(*) Estes valores correspondem a gastos assumidos pela UGPE – Unidade de Gestão de Projectos Especiais, ao abrigo do acordo especial assinado com o Banco Mundial que acedeu a conceder um subsídio especial para a instalação da Instituição. O valor de CVE **20.932.247\$00** foi registado na conta de **“outros rendimentos - 848 88001 – Subsídio do Banco Mundial”**.

NOTA 12 – Impostos sobre o rendimento

Em 31 de Dezembro de 2019, a PRÓ GARANTE, S.A está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) à taxa de 22%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 24%.

Os saldos dos passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2019 eram os seguintes:

Passivo por imposto corrente	
IRPC	CVE 310.555\$00

O valor referente aos passivos por impostos correntes compreende o cálculo dos impostos de exercício de 2019. O rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22%.

NOTA 13 – Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes dignos de registo.

Praia, 28 de fevereiro de 2020.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'H. Mendes', with a circular stamp below it containing the number '21'.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

I. Órgãos Sociais

A PROGARANTE foi criada a 15 de junho de 2018 no âmbito do Decreto-lei n.º 32/2018.

Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 13.º do estatuto de Gestor Público aprovado pelo Decreto-lei n.º 06/2010, de 22 de março, conjugados com as disposições da alínea b) n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos da Pro-Garante, foi aprovada, por deliberação unânime, aos 21 de Fevereiro de 2019, a composição dos órgãos de Gestão da Pró Garante:

Conselho de Administração:

Pedro Mendes Barros – Presidente

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa – Administrador Executivo

Antónia Maria Resende Cardoso – Administradora Não-Executiva

Lígia Piedade Pinto – Administradora Suplente

Fiscal Único:

Abílio Rogério Rocha – Fiscal Único

Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes – Suplente

Mesa da Assembleia Geral:

Vasco Pedro Monteiro Marta – Presidente

Júlio Fortes – Secretário

II. Relatório do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Pro Garante, no cumprimento dos preceitos legais e estatutários instituídos, apresenta o Relatório e Contas relativos ao ano de 2019.

1. Introdução

Considerando a importância do desenvolvimento de micro, pequenas, médias empresas e de novos empreendimentos, para o país, uma série de políticas públicas foi implementada no sentido de proporcionar um melhor ambiente, ou ecossistema, destacando-se a melhoria das condições de acesso ao financiamento às micro, pequenas, médias empresas e empreendedorismo.

Assim, o governo Cabo-Verdiano, com o apoio do Banco Mundial, decidiu criar um sistema de garantia cuja missão é:

“Promover, com critérios de sustentabilidade, o acesso ao financiamento das micro, pequenas e médias empresas (MPME) Cabo-Verdianas, através da concessão de garantias, de maneira a promover a expansão deste sector empresarial e, assim, impulsionar o desenvolvimento sustentável da economia nacional”,

Que resultou na criação da Pro-Garante S.A. um parceiro estratégico para a inovação e crescimento das MPMEs, e para os empreendedores, e um instrumento de referência, nacional e internacional, reconhecido pelas MPMEs, instituições financeiras, em geral, pelos diversos atores económicos e pela sociedade como um todo.

Pró-Garante, vem dar continuidade ao que foi iniciado com o protocolo do ecossistema de financiamento à economia, assinado por todos os bancos do país e pelo Ministério das Finanças até ao final de 2018.

Nesse contexto, no final do primeiro trimestre de 2019, foi constituída legalmente a Pró-Garante, e estabelecida a sua governança corporativa. Nesse mesmo período, foi contratado um consultor sênior (por meio de concurso público internacional), para integrar a estrutura de gestão da Pró-Garante, como administrador executivo.

Handwritten signature and initials.

A primeira atividade desenvolvida pelo conselho de administração foi aprovação de um Plano de negócios para a Pró-Garante, com o objetivo principal de:

“Capacitar os recursos, gerando conhecimentos, e criar as condições adequadas para o início das atividades da Pró-Garante”,

Projetando as ações, ou atividades, para o pleno cumprimento dos objetivos propostos, tendo concluído que todas as atividades planeadas, no ano 2019, foram realizadas e o grau de conformidade com o plano, próximo de 100%.

Foi cumprido, com sucesso, o objetivo de deixar a Pró-Garante totalmente habilitada a iniciar as operações em 2020.

Das atividades realizadas no ano de 2019, gostaríamos de destacar o primeiro acordo firmado com uma instituição financeira, o banco BAI, um contrato que permite ao banco BAI utilizar as garantias que a Pró-Garante pode emitir.

Estamos em crer que a Pró-Garante superará as expectativas geradas por ambas instituições, no âmbito do contrato, e da existência de um forte engajamento de toda sua equipe no sentido de atingir esse objetivo.

Em termos financeiros, o Conselho de Administração pode ressaltar, com grande satisfação, que estes foram positivos, o que demonstra sua disciplina financeira. De fato, o ano de 2019 evidencia um lucro final apos impostos de 1,073,382 CVE.

A proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral será no sentido de capitalizar todo o lucro.

Para o ano de 2020, o Conselho de Administração estabeleceu o objetivo de:

“Iniciar operações e consolidar o modelo de negócios Pro-Garante, gerando conhecimento sobre riscos de crédito”.

Isso significa especificamente:

- A emissão de 159 garantias no montante total de 327.000.000 CVE, gerando receita de 16.566.400 CVE.

Handwritten signature in blue ink.

- Realizar pelo menos 12 operações piloto com o banco BAI e sistematizá-los
- Transferência de pelo menos de 77 garantias concedidas ao abrigo do protocolo de ecossistema de financiamento à economia, para a Pró-Garante, tudo, no âmbito do protocolo entre a Direção Geral do Tesouro e Pró-Garante.
- Gerar conhecimento sobre riscos do crédito
- Design produto para mercado público e design produto para Bolsa de Valores
- Construção da plataforma de tecnologia de Pró-Garante (FINTECH)
- Inserir a Pró-Garante nas redes de instituições internacionais de garantia e redes públicas e privadas nacionais.
- Gerar um estudo que identifique potenciais instituições, nacionais e internacionais, para formar fundos de contragarantia.
- Formação para os colaboradores da Pró-Garante
- Disponibilizar os recursos do Banco Mundial pendentes para o Capital do Pró-Garante, investir todo o capital de acordo com a política e obter renda por 22,900,000 CVE.
- Implementar um modelo de gestão financeira de acordo com as fontes de recursos
- Executar contas públicas semestrais
- Controle Gerencial com os mais altos níveis de qualidade e boas práticas

O plano de negócio de 2020, também tem previsto um resultado financeiro equilibrado, com um lucro antes de impostos de 12,400,000 CVE.

Por fim, o Conselho de Administração, reitera o seu propósito de trabalhar com todos os atores que integram o ecossistema, empreendedores, público e

privado, a fim de gerar sinergias significativas, contribuindo assim para o desenvolvimento de todos os Cabo-Verdianos.

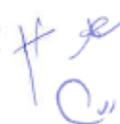
2. Atividades ano 2019

Em maio de 2019, o conselho de administração da PG aprovou o plano de negócios para o ano de 2019, que tinha como objetivo geral, deixar em condições de operar à Pró-Garante e a geração de conhecimento.

Para atingir o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Desenho e implementação de modelos e meios necessários para operar como instituição financeira regulamentada, então, principalmente:
 - Modelo de negócio
 - Desenho das políticas
 - Produtos
 - Processos
 - Manuais
 - Sistema de gestão financeiro
 - Estrutura legal
 - Autorização do Banco de Cabo Verde
 - Instalação de escritórios
 - Estruturação da equipe de trabalho
- Capitalização do Pró-Garante
- Assinar pelo menos um contrato comercial com uma instituição financeira
- Iniciar um piloto para validar os modelos, procedimentos e sistemas projetados e implementados
- Gerar conhecimento sobre mercado e riscos do ecossistema financeiro no Cabo Verde (principalmente crédito)

E, para o cumprimento de cada objeto específico, foi elaborado o seguinte plano de atividades:

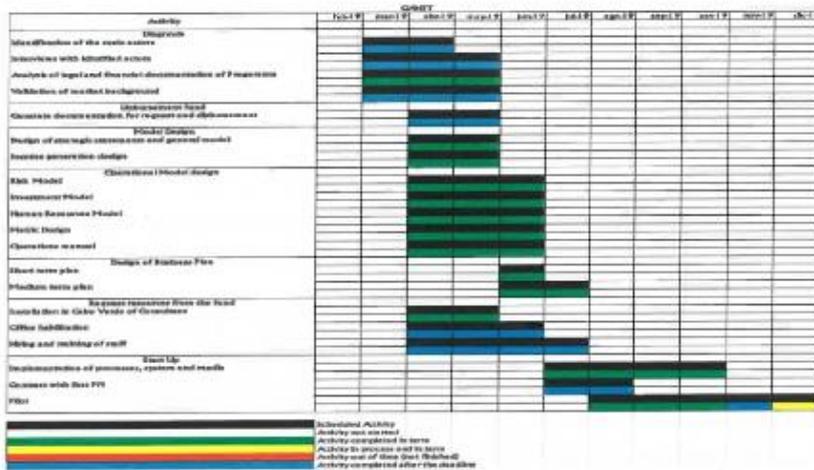


Activity	GANTT											
	fev-19	mar-19	abr-19	mai-19	jun-19	jul-19	ago-19	set-19	out-19	nov-19	dez-19	
Diagnosis												
Identification of the main actors												
Interviews with identified actors												
Analysis of legal and financial documentation of Progarante												
Validation of market background												
Disbursement fund												
Generate documentation for request and disbursement												
Model Design												
Design of strategic statements and general model												
Income generation design												
Operational Model design												
Risk Model												
Investment Model												
Market Design												
Operational manual												
Design of Business Plan												
Short term plan												
Medium term plan												
Request resources from the fund												
Installation in Cabo Verde of Consultant												
Office habilitation												
Hiring and training of staff												
Start Up												
Implementation of processes, systems and media												
Contract with first FFI												
Place												

É possível indicar, com relação ao plano, que todas as atividades projetadas e programadas foram realizadas, o que significa que o Pró-Garante ficou plenamente habilitada (legal, normativa, financeira e operacionalmente) para conceder garantias. No entanto, devido a atrasos na entrega dos escritórios, o piloto começou tarde e as 12 operações programadas não foram atingidas. Por conseguinte, as operações teriam início em janeiro de 2020 (com as primeiras emissões de garantias em fevereiro), como resultado do primeiro contrato assinado com o banco BAI.

fx
CS

O gráfico a seguir mostra a Gantt com as atividades programadas v/s as realizadas até o final de dezembro de 2019.



É necessário salientar que durante o período uma atividade não programada teve que ser realizada: "A transferência de garantias emitidas pela Direção Geral do Tesouro para a Pró-Garante", no quadro do protocolo de ecossistema de financiamento para as micro, pequenas e médias empresas.

Isso significou estabelecer um Memorando do Entendimento sobre o modelo de transferência com a Direção Geral do Tesouro, que será posteriormente formalizado através de um protocolo, no primeiro trimestre do ano 2020.

Também, outra atividade relevante, que não aparece agendada no plano, foi a missão de avaliação do Banco Mundial realizada na última semana de novembro de 2019.

Por fim, uma atividade de realização periódica (embora não estivesse formalizada no Gantt, por ser uma obrigação legal e de boas práticas), a reunião mensal do conselho de administração, que realizou-se todos os meses, por vezes, mais do que uma vez ao mês.

Handwritten signature/initials

3. Análise Económica e Financeira

Em relação à execução do orçamento, esteve abaixo do nível planeado, conforme mostrado na tabela a seguir:

Orçamento v/s realizado

	ORÇAMENTO		REAL		% de Utilização
	USD Total	ECV Total	USD Total	ECV Total	
Human resources costs	19.271	1.900.891	17.600	1.775.136	93,4%
Director	9.600	946.944	9.600	946.944	100,0%
Director	8.000	789.120	8.000	789.120	100,0%
Assembly	1.71	1.6867	0	0	0,0%
Riscal	1.500	1.47.960	0	0	0,0%
Operational staff	36.438	3.594.195	0	0	0,0%
Risk analyst	9.200	907.488	0	0	0,0%
sales	8.050	794.052	0	0	0,0%
IT	8.050	794.052	0	0	0,0%
Financial	9.200	907.488	0	0	0,0%
Reception	812	801.46	0	0	0,0%
Administrative assistant/Executive assistant	1.128	110.970	0	0	0,0%
Other	20.000	1.972.800	4.000	394.560	20,0%
Consulting	20.000	1.972.800	4.000	394.560	20,0%
Total Human Resources	65.525	6.463.386	21.600	2.178.576	33,7%
General Cost					
Lease offices	17.600	1.726.064	8.383	826.992	47,6%
Communications	4.000	394.560	4.085	-8.000	100,9%
Energy	2.000	197.280	0	0	0,0%
Food and drinks	1.600	157.824	0	0	0,0%
Office items	2.400	236.736	0	0	0,0%
Transport	1.6.000	1.578.240	980	98.848	6,2%
Cleaning and maintenance	1.600	157.824	0	0	0,0%
Other	2.400	236.736	0	0	0,0%
Total General Cost	47.600	4.695.264	13.428	1.335.755	28,4%
Contingency	5.656	557.908	0	0	0
TOTAL COST	118.781	11.716.558	35.028	3.514.331	30%
Investments in Assets					
Software	140.000	1.380.600	0	0	0,0%
Computer	10.000	986.400	6.729	678.658	68,8%
Total Investment in Asset	150.000	14.796.000	6.729	678.658	4,6%

A menor execução orçamentária é explicada pela menor despesa em custos de pessoal e em custos gerais.

Como observado na análise de execução de atividades, na seção anterior acima, o atraso na entrega dos escritórios obrigou a reprogramar a contratação de pessoal e, conseqüentemente a travar o evoluir das negociações com as instituições financeiras, com vista ao início das operações piloto, face a inexistência de condições físicas e humanas necessárias ao cumprimento dos objetivos, tendo as operações sido desenvolvidas apenas ao nível do conselho de administração.

Em relação aos resultados financeiros, estes foram positivos, basicamente devido ao menor grau de execução orçamentária e ao custo zero por risco, que compensaram a menor receita operacional (taxas por as garantias concedidas).

Handwritten signature and initials

A receita total alcançada foi de 24,972,611 CVE e o custo total foi de CVE 23,588,674 CVE, o que significou um resultado antes de impostos de 1,383,937 CVE e um resultado apos de impostos de **1,073,382 CVE**.

Os resultados obtidos pela Pró-Garante mostram claramente a disciplina financeira estabelecida por seu conselho de administração e o compromisso de aderir à missão institucional em relação à sustentabilidade.

4. Proposta Aplicação de Resultados

Em relação aos resultados financeiros obtidos, lucro de 1,073,382 CVE, o conselho de administração proporá à assembleia geral capitalizar 100% dos lucros.

H. J. C.

